

Quilombos no Brasil: Células de Resistência Pólitico-Cultural Afrobrasileira

Maura Rosa de Paula Paz
Pesquisadora autônoma e militante da Questão Quilombola
Coordenadora de Quilombos do Projeto Padre Batista, Pesquisadora Raça e
Etnia/USP
São Paulo - Brasil
m_paz@uol.com.br, quilombola.paz@uol.com.br

Os quilombos são comunidades descendentes dos agrupamentos de escravos fugidos, rebelados ou libertos do que enfrentaram a escravidão ou organizaram-se após a abolição da escravatura. E estão localizados em todo território brasileiro. A existência dos quilombos foi reconhecida somente com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a primeira constituição democrática do país, após exatos 100 anos da abolição da escravatura e como fruto de longa luta da população afrobrasileira contra o regime ditatorial e a resistência das elites econômicas.

Os quilombos, como toda a população afrobrasileira, estão sujeitos à sistemática violação de direitos, sobretudo no que concerne aos direitos humanos, culturais, sociais, econômicos (DHESC). As violações, resultantes de uma somatória de fatores alimentados pelo histórico e cotidiano racista da sociedade brasileira, culminaram com o não reconhecimento ou o reconhecimento tardio e parcial dos quilombos. O reconhecimento tardio condenou muitas comunidades ao desaparecimento, além de submeter as restantes a difíceis condições de vida e à violações de todo tipo, principalmente no que diz respeito a perda de suas terras para posseiros e latifundiários ou para a construção de megaprojetos governamentais, como a Base Aérea de Alcântara no Maranhão durante o regime militar, a construção de hidrelétricas em São Paulo e Minas Gerais. Há registros de que estes conflitos além de forçarem a ida dos quilombolas para viverem em condições subhumanas em outras cidades terem culminados com a perseguição e morte de lideranças, além da perda cultural e do patrimônio imaterial. Os mecanismos legais existentes, além de desconhecidos para boa parcela da população quilombola, são desconhecidos também da população em geral, incluindo agentes públicos que em alguns casos decidiram em favor do invasor, como no caso da Comunidade de Mata Cavalão em Mato Grosso ou Caçandoca em São Paulo e atendem parcialmente às necessidades das comunidades em direitos, como o acesso à terra, à saúde, à educação de qualidade, à justiça, dentre outros.

As experiências de enfrentamento de suas dificuldades por meio da organização política das comunidades são exemplo para o restante da população afrobrasileira e outras minorias perseguidas, como os indígenas, além de representarem uma opção de vida diferenciada ao capitalismo e às ameaças neoliberais. A união das comunidades é garantida pela identidade política, cultural e por uma educação diferenciada que valorize suas tradições.